



Seminário Rios Urbanos de Salvador e o Direito à Cidade Sustentável

Documento Final

Realização:

ABES-BA

JPS-ABES

AMA Jaguaribe

SOS Vale Encantado

UCSal/ Mestrado em Engenharia Ambiental

Observatório do Saneamento Básico da Bahia

Fundação SOS Mata Atlântica

Esa Jr

Gambá

Salvador, abril de 2017



APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta as conclusões e demandas emanadas no Seminário “**Rios Urbanos de Salvador e o Direito à Cidade Sustentável**”, ocorrido nos dias 20 e 21 de março de 2017, na Universidade Católica do Salvador (UCSal).

O Seminário contou com a participação de gestores públicos, prestadores de serviços, movimentos populares, sindicatos, profissionais da área, estudantes e militantes das águas e do saneamento básico. Participaram das mesas de discussão representantes de universidades, da Prefeitura Municipal de Salvador, do Ministério Público do Estado da Bahia, da Empresa Baiana de Águas e Saneamento, de órgãos estaduais e instituições da sociedade civil. A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR/PMS), embora convidadas, não se fizeram presentes para os debates, a despeito de serem as instituições que vêm propondo projetos de significativos impactos sobre os rios urbanos de Salvador.

O Seminário, fruto do trabalho de parceria de diversas entidades, especialmente da sociedade civil, ofereceu um panorama da situação das águas da capital baiana, com ênfase em rios que estão sendo alvo de projetos de intervenções pelo Poder Público, cujas concepções propostas estão sendo questionadas devido ao impacto não só em seus leitos, margens, regimes de vazão e condições ecológicas, mas também na paisagem urbana, nos aspectos simbólicos e na qualidade ambiental da Cidade do Salvador.

Ressalta-se a unânime inquietude com a degradação desses cursos d’água e do ambiente de seu entorno, devido ao lançamento de esgotos e resíduos sólidos, às obras de canalização, retificação, encapsulamento ou cobertura de trechos dos rios, aterro e ocupação de áreas úmidas, retirada de mata ciliar e da cobertura vegetal das margens, dentre outros. Não só a população em geral, mas também os empreendedores privados e os órgãos públicos que deveriam proteger esses patrimônios ambientais da Cidade, vêm promovendo ações que mantêm e aceleram a degradação.



Os recentes projetos, que têm início na gestão do João Henrique com o encapsulamento dos rios dos Seixos, das Pedras e do Lucaia, têm sido promovidos por diferentes esferas do Poder Público sem a devida consulta e participação social e sem considerar a utilização de tecnologias e/ou técnicas apropriadas capazes de manter os processos ecológicos dos rios e sua função no ambiente urbano da Cidade.

Considerou-se que os projetos que vêm sendo propostos para os rios Trobogy, Passa Vaca, Jaguaribe, Pituauçu, Cobre e Ipitanga devem ser revistos, devendo-se debater democraticamente um projeto que atenda aos interesses da Cidade, uma vez que esses rios constituem patrimônios socioambientais de Salvador.

Também ficou patente a ausência de articulação entre as esferas de poder, que deveriam gerir as águas de forma integrada. Como resultado, os soteropolitanos têm sido privados do contato com seus rios, tendo sido subtraída a relevância ambiental, paisagística, cultural e social desses patrimônios, sendo promovida a ideia que eles são agentes de doença e portanto devem ser afastados do convívio e da paisagem da Cidade.

O encontro foi, inclusive, uma oportunidade de diálogo sobre as ações do governo estadual e municipal, demandando mais atenção às questões de saneamento básico, sobretudo com relação às componentes esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, a gestão do uso e ocupação do solo, a participação e controle social e a articulação entre as diversas políticas que influem na qualidade das águas.

A necessidade de inovação e adequação tecnológica foi muito discutida no sentido da não descaracterização dos rios e da paisagem, além da melhoria da qualidade ambiental que deveria ser gerada pelas intervenções planejadas ou em execução.

Assim é que diante dos rumos que a gestão das águas, saneamento básico e meio ambiente vem tomando em Salvador é imperativo a adoção de providências por parte dos gestores no sentido de não apenas rever os projetos em curso, como também garantir um conjunto de ações integradas para recuperar os rios da Cidade. A seguir são apresentadas as discussões ocorridas no Seminário e as diversas demandas que a sociedade soteropolitana com o fim último de garantir a salubridade ambiental para todos.

PANORAMA DAS MESAS E ESTUDOS DE CASO



De forma geral, as mesas trataram de questões conceituais, estratégicas e de gestão, já os estudos de caso aprofundaram o debate de situações em andamento.

MESA DE ABERTURA: O Cuidado com as Águas

Os organizadores apresentaram o objetivo do Seminário e sua motivação, destacando a oportunidade de fomentar um diálogo com a sociedade a respeito dos rios da Cidade, seu papel nas várias dimensões (paisagística, ecológica, climática, social, cultural), seu estado atual, o tratamento que têm recebido, possibilidades e desafios para que incrementemos a saúde ambiental na nossa Cidade.

MESA REDONDA I – RIOS URBANOS NA PERSPECTIVA DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DA CIDADE: PAISAGEM, CONFORTO AMBIENTAL E FUNÇÕES SOCIAIS

Foi pontuado como pano de fundo o conflito entre a orientação da política das águas sustentada no reconhecimento do valor intrínseco desse elemento natural e na participação e controle social sobre seu uso, em contraposição à Política Estadual do Meio Ambiente que está voltada para a adoção de rotinas e ferramentas normativas e de controle pautadas na gestão das águas como bem econômico.

Colocou-se o desafio de trabalhar por uma nova cultura institucional de maior integração intra e intersetorial, e, também, a necessidade de manter a geração de dados de monitoramento ambiental para subsidiar ações de planejamento e intervenção no espaço urbano, bem como estabelecer metas de enquadramento para melhoria da qualidade das águas.

De forma a propiciar um maior entendimento das funções das águas na natureza foram explicadas as condições que sustentam o curso natural de um rio, com suas zonas de produção (nascentes), transferência, armazenamento e sua interrelação com a terra por onde ele passa. Falou-se da importância de se trabalhar em intervenções de conservação e recuperação de sub-bacias e matas ciliares, priorizando rios menores (nascentes, contribuintes de ordem inicial) e intermediários (riachos contribuintes de segunda ordem), para a partir deles, melhorar os rios principais das bacias hidrográficas de Salvador e, conseqüentemente, a qualidade de seu ambiente de entorno e das praias onde desaguam.

O principal conflito de uso da água apontado em Salvador é relacionado ao saneamento e à poluição de rios e praias da cidade. Foi apontado que apesar dos investimentos recentes em esgotamento sanitário, os rios se mantêm poluídos, o que tem gerado a adoção de alternativas provisórias como o uso das *estações de tempo seco*, que promovem o desvio dos rios e córregos



poluídos para que não desaguem nas praias. Tal solução, certamente voltada para os interesses do setor turístico, está em uso há mais de uma década e o que era provisório tornou-se permanente.

O manejo de águas pluviais na cidade filia-se a uma abordagem tecnológica que privilegia obras físicas para transferir de um lugar para outro as enchentes provocadas pelo aumento do escoamento superficial decorrente da impermeabilidade do solo, da retirada da cobertura vegetal e da erosão e assoreamento dos leitos de córregos e rios. Tal abordagem está na contramão de experiências que se espalham pelo mundo e no Brasil que privilegiam a retenção, a detenção e o reaproveitamento das águas que permitem não só a revitalização, mas também a reintegração dos rios à cidade.

Foi apresentado aos presentes um novo instrumento para o planejamento e gestão na cidade, o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro, cuja interrelação com as águas não foi apropriadamente discutida. Esse instrumento deveria traduzir um caráter de regulação ambiental, considerando as fragilidades dos ecossistemas costeiros em zona urbana, medidas de adaptação às mudanças climáticas e a relação entre a malha hídrica da cidade com sua orla. É importante que o Plano demonstre relação com o Plano Municipal de Saneamento Básico e com aspectos abordados pelo próprio PDDU, especialmente nos artigos relacionados com os temas do saneamento e das áreas de valor ambiental da cidade. O Gerenciamento Costeiro deve afirmar medidas de salvaguarda ambiental como princípio para o zoneamento e planejamento de intervenções em toda a zona costeira, entendendo que Salvador é considerado município costeiro em sua integridade.

Foi pontuada a importância de se partir do diagnóstico e monitoramento dos passivos ambientais já existentes para embasar o planejamento das intervenções, licenças e políticas prioritárias, ressaltando a relação entre os dispositivos voltados a regular o uso do solo com os planos básicos de gestão dos elementos ambientais. Falou-se do esforço já realizado para a elaboração de planos de médio e longo prazo que não foram concluídos e que não serviram como referência de planejamento urbano, como o Plano Salvador 500. Por outro lado, foi questionada a real possibilidade do PDDU em ajudar na melhoria ou redução dos passivos ambientais da Cidade. Considerou-se que todo o sistema urbano depende da relação com a água e que todos os planos e políticas de planejamento devem estar relacionados com a qualidade ambiental e gestão das águas.

MESA REDONDA II – RIOS URBANOS E SANEAMENTO BÁSICO: MODELOS, SOLUÇÕES E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE PÚBLICA E AMBIENTAL

Nessa mesa houve o esclarecimento sobre a solução adotada há algumas décadas para o destino dos esgotos sanitários de Salvador. A Cidade dispõe de um sistema integrado de esgotamento sanitário, com rede coletora, interceptores, estações elevatórias, estações de condicionamento prévio e emissários submarinos. Esse sistema apresenta uma série de vulnerabilidades, especialmente em relação à existência de pontos críticos espalhados pela Cidade onde não foi possível implantar redes coletoras e interceptores, implicando no lançamento dos esgotos coletados em galerias de águas pluviais, córregos e rios da Cidade. Também as diversas estações elevatórias estão suscetíveis a falhas operacionais que muitas vezes provocam extravasamento de esgotos que vão parar nos rios e no mar. A justificativa apresentada para tal realidade refere-se ao processo de urbanização da cidade, onde as periferias cresceram de forma desordenada sem moradia digna e serviços públicos básicos. Tal realidade evidencia a necessidade da adoção de medidas para a extinção dos pontos críticos, integração de toda a rede coletora aos interceptores e monitoramento e controle operacional das estações elevatórias.

Levantou-se dúvidas sobre os impactos gerados pelos dois emissários submarinos, especialmente à condição ambiental de toda a costa da Cidade. Discutiu-se a viabilidade da adoção de soluções apropriadas, como adicionais ao sistema implantado, ficando claro que há alternativas viáveis para os esgotos, águas pluviais e resíduos sólidos, assim como outras que podem ser desenvolvidas, sendo necessária a disposição do Poder Público para adotar tais iniciativas.

Foi discutida a concepção natural de bacia hidrográfica, com suas áreas de nascente, drenagem natural, recarga hídrica, foz e como se comportam as águas em ambiente urbano, com as fragmentações e impermeabilização causadas pelas intervenções nas áreas dessas bacias. Em Salvador, a drenagem é considerada um sério problema, o que leva a intervenções concebidas de forma a provocar o afastamento do convívio com os rios na cidade. As soluções corretivas adotadas, no entanto, têm resultados questionáveis em relação ao controle de enchentes e melhoria da drenagem, além de custos elevados. Também são bastante questionáveis em termos da qualidade ambiental resultante.

Foram demonstradas experiências práticas com soluções sustentadas na drenagem sustentável, que substituem o modelo de canalização e tamponamento preponderante em Salvador, adotando como prerrogativa o aumento de áreas de retenção/detenção, ampliação do uso de áreas e materiais permeáveis, a recuperação e tratamento da vegetação das margens, o aproveitamento das águas pluviais, a revitalização ou a renaturalização de rios. Discutiu-se sobre a importância de fomentar tais soluções nas intervenções públicas. Ressaltou-se a importância da adoção de soluções sustentáveis de drenagem também com vistas a melhorar a qualidade das águas. O exemplo apresentado do programa Drennurbs/Nascentes foi muito elucidativo.



Foi esclarecida a atuação do Ministério Público na Bahia (MPB) e no Brasil e seu papel de resguardar a qualidade ambiental como direito universal. O MP-BA colocou-se atento e preocupado com a falta de transparência e discussão do planejamento urbano e com a imposição das obras públicas sem o devido planejamento participativo. Em relação às ações de recuperação ambiental foi informada a existência do Projeto Água para o Futuro, do MP Federal, focado no mapeamento de nascentes, áreas públicas e zonas de APP em meio urbano. Também foi mencionado o esforço para obrigar os municípios a elaborar seus planos de saneamento básico participativos. Ainda se colocou a necessidade de provocar uma revisão de outorgas, em função da ausência de planos de bacia e, portanto, da ausência de dimensionamento da capacidade de uso das águas. Foi mencionada a necessidade de avançar no Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica.

A participação da Prefeitura nessa mesa trouxe informações acerca do Fundo Municipal de Saneamento, já criado, porém sem recursos definidos. Não foi celebrado o contrato de programa com a Embasa para a prestação dos serviços e, também, para a composição de recursos para o Fundo. Uma preocupação é que o Fundo sirva para apoiar o desenvolvimento do sistema de informações em saneamento e o investimento em ações de saneamento integrado, que possam avançar em soluções para pontos críticos, tanto para coleta de esgotos, quanto para o manejo e drenagem das águas pluviais e realocação de moradias. Mencionou-se a existência de um contrato com a Sucop para estudo de definição das bacias hidrográficas de Salvador. Foi informado sobre a implementação de um empreendimento para saneamento no subúrbio, que prevê a revitalização do Mane Dendê; porém, não foi apresentada a concepção desse projeto. Ambos os contratos possuem dificuldades de gestão, de acordo com o exposto.

A participação da plenária reforçou a necessidade de investimentos em informação ambiental, inteligência estratégica, monitoramento de ações e de dados. Foi questionado sobre as implicações decorrentes de Salvador ser uma das 100 Cidades Resilientes do mundo.

Fez-se referência à necessidade do controle social e participação na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. A comunidade presente manifestou-se pela necessidade da assinatura do Convênio de Cooperação entre Prefeitura Municipal de Salvador e Governo do Estado com vistas à assinatura de contrato de programa para a prestação dos serviços de água e esgoto no município, resguardadas as prerrogativas da Entidade Metropolitana quanto a essa questão. Também se pontuou sobre o plano de investimentos e metas do município e as exigências que os instrumentos previstos para saneamento no PDDU sejam efetivados.

Por último, ressaltou-se o valor da paisagem, sobretudo em intervenções nos corpos d'água, tendo como principal exemplo o valor paisagístico do rio Jaguaribe, com destaque para seu trecho final, próximo à foz, situado na orla da Cidade. O público presente demonstrou interesse e preocupação em



organizar e participar de ações de continuidade sobre o tema dos rios urbanos.

A CIDADE EM EXPANSÃO E A INTEGRAÇÃO COM SEUS RIOS: ESTUDOS DE CASO

Momento bastante crítico do Seminário, onde foram discutidos problemas causados por intervenções em curso ou prestes a acontecer em áreas que ainda guardam qualidade ambiental na Cidade e que vêm sofrendo intensa fragmentação e impactos sucessivos. Foi importante observar a abordagem dada a essas questões, diante de um momento de crise hídrica e climática.

Sobre as obras de macrodrenagem dos Rios Trobogy e Passa Vaca e os projetos para os rios Mangabeira e Jaguaribe, foi explicado que as intervenções propostas partem de um entendimento único de que esses rios já estão mortos e que é preciso interferir para facilitar a vazão de suas águas, transformando-os em canais, com obras que preveem o alargamento de seu leito e a substituição da vegetação de suas margens por concreto. A falta da incorporação da dimensão paisagística também foi ressaltada. Foi questionada a unicidade do tratamento de rios com situações diferenciadas e também a intervenção sem a devida observância a passivos já existentes, inclusive em áreas com Termos de Ajuste de Conduta previstos para recuperação ambiental e diversas denúncias de crime ambiental em andamento.

Questionou-se ainda a existência de dados de monitoramento prévio nos trechos que são objeto dos projetos, dada a qualidade circunstancial relacionada com toda a configuração de sua área de entorno e com a capacidade de resiliência dos ecossistemas. Foi demonstrada a riqueza ambiental, com ocorrência de espécies e a importância da biodiversidade em área urbana para que se possa viver numa cidade com mais conforto climático, além de se traduzir em elementos importantes com reflexo na saúde, qualidade ambiental da Cidade, refletindo na economia turística. Foi colocada a necessidade de discussão da concepção básica das intervenções, bem como de acompanhamento de seu processo executivo e cumprimento das compensações e condicionantes previstos no seu processo de licenciamento, inclusive de comunicação com a população afetada.

A motivação geral do público e debatedores é de que a questão da vazão seja tratada de forma diferenciada, privilegiando a permeabilidade do solo, sobretudo nas áreas discriminadas como APP (margens, várzeas, restingas), que estão sendo impactadas. Desde novembro, dois trechos do Trobogy e do Jaguaribe vêm sendo alvo de monitoramento pelo Projeto Observando Rios,



da SOS Mata Atlântica, com resultados de IQA aceitável/regular, que indica bom funcionamento ecossistêmico. Porém, na última análise, notou-se alteração visual drástica, ocasionada pelo barramento do rio em função do andamento das obras.

Sobre Pituaçu, a discussão apontou dados importantes de biodiversidade que está ameaçada pela constante redução da área protegida do Parque. A respeito das águas, há a preocupação com os extravasores e com as novas ligações direcionadas para o emissário da Boca do Rio. Foi questionada a informação sobre dados de monitoramento e estatísticas anuais da extravasão de estações elevatórias existentes não só nessa região, mas em outras áreas da cidade.

Também se colocou a preocupação com o adensamento populacional tendo em vista a ocupação prevista pelo PDDU, com consequências diretas sobre a permeabilidade do solo, demanda de esgotamento, etc. Segundo a Embasa existe um termo de referência para atendimento a pontos críticos dessa região e, em relação ao saneamento, nessas áreas serão previstas ações integradas de recuperação da qualidade ambiental, sendo mencionada a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS), como fonte para mais informações a respeito. Pituaçu também conta com um ponto de monitoramento do Projeto Observando Rios e foi observada alteração de fluxo e turbidez na água coincidente com as obras de drenagem que estão sendo executadas na Av. Gal Costa.

O caso do Rio Ipitanga é peculiar por este estar inserido numa área de manancial de abastecimento da Região Metropolitana de Salvador (RMS). O sistema Joanes/Ipitanga ainda possui relevância para o abastecimento humano da RMS. O principal foco foi a questão da instalação de um novo hospital público próximo ao Rio Ipitanga. Foi colocada toda a questão do uso social e cultural dessas águas pelos moradores e os problemas causados pelo desmatamento das APPs, falta de saneamento básico, atividades de mineração e especulação imobiliária. Devido à localização prevista, há um grande receio de que o hospital provoque contaminação das águas no reservatório formado pela barragem que abastece Salvador. Foi posta a tentativa insistente de diálogo com os órgãos públicos sobre possíveis alternativas locais, até por conta de questões de acesso e da rede de saneamento existente.

Esse conflito traz à tona a banalização dos instrumentos de Gestão Ambiental que foram construídos, como os Comitês de Bacias e os Conselhos de Unidades de Conservação, que estão desestruturados, e o



licenciamento ambiental. No caso do Hospital, requisitos básicos são solicitados com prazos posteriores à sua implantação, como o atestado de viabilidade da Embasa e o estudo de impacto de vizinhança, que deveriam ser prévios à instalação. Questionou-se porque projetos como esses não estão sendo submetidos ao COMAM, diante da preocupação com a falta de regulamentação do Licenciamento Ambiental Municipal.

Foi comunicada a existência de uma proposta de reabilitação florestal de APP com educação ambiental do Rio Joanes e Jacuípe da RMS (Edital nº 001/2015 – FNMA/FSA CAIXA), com o objetivo de recuperar a vegetação nativa no entorno de 100 nascentes e de 100 ha de áreas marginais dos rios Jacuípe e Joanes. Nesse contexto, a Embasa está elaborando um plano de pagamento por serviços ambientais (PSA), projetos de recuperação de APP e tem intenção de trabalhar com agricultura familiar.

Foi colocada a importância da APA Joanes-Ipitanga na gestão do território, compatibilizando as ações com a gestão territorial, em contraponto com a dificuldade de gestão de unidades de conservação em perímetro urbano, em especial o crescimento imobiliário intenso, principalmente no Ipitanga I. O Inema recebe muitas denúncias de ocupação irregular na área, mas precisa de processo de articulação com outras instâncias, como a prefeitura e sociedade civil.

Foi colocada a responsabilidade da Prefeitura de apoiar a vigilância necessária na área. Muitos empreendimentos já foram barrados pelo zoneamento da APA. O PDDU de Salvador não trata sobre proteção das represas, principalmente aquelas responsáveis pelo abastecimento de água humano. A respeito da instalação do hospital, pela legislação estadual, não seria obrigatória a sua licença ambiental. Porém, estando em Área de Proteção de Manancial (legislação mais rigorosa que APA) deveria obedecer à legislação federal na análise do projeto.

A respeito da situação na Bacia do Cobre foi colocada também sua importância histórica no abastecimento de Salvador e a situação de descaso em que se encontra, além de sua importância para a qualidade ambiental da Baía de Todos os Santos. Muitas cachoeiras existem no local e possuem importância cultural para a comunidade. A questão da ocupação irregular na Lagoa da Paixão, principal nascente, foi mencionada como grande exemplo da ausência de fiscalização e atenção do Poder Público. Foi denunciado o uso de áreas verdes como ponto de descarte de entulho e o aterro do manguezal do Parque São Bartolomeu. Todos esses crimes ambientais continuam ocorrendo mesmo depois de um investimento altíssimo do Banco



Mundial para melhoria dessas áreas. Não há uma política de desenvolvimento continuado responsável.

PALESTRAS DE ENCERRAMENTO

A palestra sobre **Águas e Direito à Cidade** apontou o agravamento da escassez dos elementos ambientais na cidade relacionada com a situação de desmobilização social e política. Avaliou-se que a população não está conseguindo pautar essas questões de maneira eficiente: direito à cidade (direitos coletivos e difusos), acesso aos patrimônios ambientais e à qualidade de vida.

Há uma burocratização e esvaziamento dos espaços de participação ou de construção de políticas participativas e também o retrocesso legal. A cidade como mercadoria, o processo de acumulação e materialização da cidade agravam a crise ambiental e também a crise das águas. Os recursos ambientais são postos como mecanismos de acumulação. Por isso é necessário retomar o debate sobre a construção de novos modelos políticos.

A escassez da água em Salvador passa pelas dimensões ambiental e simbólica: com reflexos culturais, paisagísticos e religiosos.

A palestra sobre **Parques lineares e opções de intervenção mais sustentáveis** apresentou a atuação do Projeto Observando Rios, desenvolvido pela SOS Mata Atlântica em áreas urbanas e também as possibilidades de melhoria ambiental por meio da instalação dos Parques Lineares. Nessa proposta urbanística, o rio aparece como elemento de unificação da paisagem e interrelação ambiental e ecológica, como elo entre as comunidades alocadas em seu curso ou que dele se beneficiam.

Áreas públicas estratégicas em termos de acesso a elementos de vida, como fundo de vales, por descaso e falta de atenção do Poder Público, acabam ficando suscetíveis ou vulneráveis à ocupação humana. Muitas vezes, as ocupações irregulares transformam essas áreas em áreas de risco para a sociedade.

É preciso requalificar e também ressignificar essas áreas e os rios da Cidade, trabalhando a questão afetiva da comunidade em relação ao rio como pano de fundo para a mobilização. Com a combinação de monitoramento e mobilização é possível obter melhorias nos rios segundo a experiência do Observatório.

Foi tratada também a fragilização trazida pela ausência do saneamento básico para o ambiente marinho nas cidades costeiras, sendo necessário avaliar os impactos e o uso dos emissários submarinos.

Ressaltou-se a necessidade de definir um processo de ocupação que por um lado garanta a qualidade ambiental dos rios da Cidade e por outro permita que eles sejam usufruídos para diversos usos pelos moradores. Os projetos de requalificação se constituem em um caminho fundamental para a construção da reconciliação entre a Cidade e seus rios. Para que tais projetos cumpram esse papel é fundamental que eles sejam amplamente debatidos e se insiram em uma política pública continuada e integrada entre os órgãos públicos.

A experiência dos chamados parques lineares permitem anunciar um caminho. Os ganhos socioambientais trazidos pela instalação desses parques são muitos: aumento de permeabilidade, áreas de convivência social, melhoria de conforto térmico, biodiversidade e saúde. As áreas sem intervenção, como o Jaguaribe, devem ser alvo de ampla discussão da Cidade para a definição de projetos capazes de não só preservar e melhorar suas funções ecológicas, mas também simbólica e paisagística. A opção da implantação de parques lineares ou outra alternativa devem ser consideradas, devendo-se rechaçar a canalização ou outras intervenções que descaracterizem e piorem a qualidade ambiental desse patrimônio.

Os participantes do seminário “Rios Urbanos de Salvador e o Direito à Cidade Sustentável” propõem:

1. Encaminhamentos de ordem prioritária e efetivação de ações:

- Promover a articulação dos diversos órgãos com funções complementares (saneamento básico, planejamento urbano, habitação, meio ambiente, comunicação social) para implementar projetos participativos de requalificação dos territórios onde estão inseridos os rios urbanos de Salvador, por meio de uma ação coordenada pelo MP-BA.
- Adotar medidas para judicializar o não cumprimento por parte da Prefeitura Municipal de Salvador do estabelecido no PDDU quanto ao saneamento básico e limites de áreas verdes (parques, APA, UC, etc.).
- Apoiar e recomendar aos gestores públicos a manutenção e ampliação das áreas verdes urbanas, em especial as que contam com nascentes



com capacidade de recarga de aquíferos, como é o caso do Vale Encantado e o Parque de Pituáçu na cidade de Salvador.

- Elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico contemplando as quatro componentes, de forma participativa, previsto na Lei Nacional de Saneamento Básico e no Capítulo II - Do Saneamento do PDDU de Salvador.
- Promover ações para garantir a instituição junto à Prefeitura de um fórum de controle social do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.
- Elaborar o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Salvador e exigir que este embase a política de ocupação e uso do solo e de saneamento.
- Requerer a implantação de parques lineares, ou similares, e a adoção de tecnologias sustentáveis nos programas/projetos de recuperação/requalificação de rios, considerando soluções de tratamento na fonte para saneamento básico, contenção de margens, recomposição de mata ciliar, manejo e drenagem das águas pluviais, levando melhores condições ambientais e criando novas áreas de lazer e convívio.
- Garantir a alteração o projeto do Rio Jaguaribe e Mangabeira do Governo do Estado de forma que o Rio Jaguaribe não seja canalizado e ganhe um novo perfil na forma trapezoidal, em concreto, que destruirá a sua forma natural e o único manguezal vivo da cidade.
- Consolidar o Parque Ecológico do Vale Encantado como uma unidade de conservação dentro do município de Salvador, garantindo que obras adjacentes não ultrapassem os limites da poligonal estabelecida no PDDU e assumam medidas de controle de desmatamento, erosão e assoreamento.
- Elaborar Termo de Ajustamento de Conduta entre Prefeitura Municipal de Salvador e o Ministério Público do Estado da Bahia para pagamento por danos ambientais pela obra de canalização do Rio Trobogy e construção da Av. Tamburugy, de forma que os impactos ambientais sejam valorados e esse recurso seja utilizado para preservação de áreas verdes e criação de UC de proteção integral em Salvador.



- Recorrer ao Conselho Superior do MP-BA da decisão da promotoria sobre a construção do Hospital Municipal de Salvador na APA do Joanes-Ipitanga.
- Construir um forte movimento de rua em Salvador, com a participação dos diversos movimentos sociais para a defesa dos rios urbanos, a se realizar no Dia Mundial do Meio Ambiente.
- Instituir e ampliar a participação de representantes de trabalhadores e da sociedade civil no Conselho de Administração da Embasa, pelo Sindae e Observatório do Saneamento Básico da Bahia, com vistas a garantir o controle social da prestação dos serviços, como prevê a Lei Nacional de Saneamento Básico.
- Cobrar o direito ao acesso às informações sobre a concepção, acompanhamento, compensações ambientais e condicionantes relacionados ao projeto de intervenção nos rios Jaguaribe e Mangabeira, garantindo a participação social nesse processo antes do início das obras.
- Promover a permeabilidade do solo como princípio básico nas ações de planejamento e intervenção, para melhoria efetiva e qualificada da drenagem urbana.
- Reivindicar a revitalização da Lagoa da Paixão, em Valéria, principal nascente da Bacia do Cobre.
- Fortalecer os espaços de participação e controle social, como o Comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe, Conselhos das APAs Joanes / Ipitanga, Abaeté e Bacia do Cobre e do Parque Metropolitano de Pituaçu.
- Investigar as licenças e outorgas que são liberadas, para que crimes ambientais não continuem acontecendo impunemente nas três esferas públicas.
- Priorizar a manutenção ou recuperação das matas ciliares e áreas de preservação permanente para promover a melhoria da qualidade das águas e o estabelecimento de corredores ecológicos, principalmente entre o Parque Ecológico do Vale Encantado e remanescentes de mata atlântica adjacentes.



- Determinar o funcionamento efetivo da Entidade Metropolitana da RMS para que possa cumprir com os seus objetivos, especialmente na área de saneamento básico.
- Promover, por meio da Entidade Metropolitana, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Metropolitano e do Plano Metropolitano de Saneamento Básico. Esses instrumentos vincularão os municípios metropolitanos. Registre-se que, sem o Plano Metropolitano, a Entidade Metropolitana não poderá celebrar contrato de programa com a Embasa, que permanecerá em situação de fragilidade jurídica e econômica.

2. Encaminhamentos estruturantes:

- Reivindicar junto ao MP-BA a realização de um TAC para que a Prefeitura e Embasa definam metas para a extinção das estações de captação em tempo seco.
- Garantir que normas técnicas e exigências legais de manejo sustentável das águas urbanas, especialmente das águas pluviais, como a retenção, aproveitamento e recomposição da cobertura vegetal, sejam aplicadas em projetos de empreendimentos urbanos/imobiliários licenciados pelos órgãos competentes.
- Fiscalizar regularmente as ligações clandestinas de esgotamento sanitário em galerias de águas pluviais na RMS.
- Fortalecer o quadro técnico das prefeituras da RMS para atuar nas secretarias de Meio Ambiente, Planejamento, Infraestrutura, Urbanismo, Defesa Civil, com o apoio da fiscalização dos conselhos profissionais e do MP.
- Instituir uma gestão participativa no Fundo Municipal de Saneamento Básico.
- Promover ações de educação ambiental visando sensibilizar a população para qualificar sua participação nos processos de discussão e decisão sobre as águas urbanas.
- Resgatar a história da relação com os rios, ressignificando-nos.



- Buscar soluções sanitárias integradas, indo além dos emissários submarinos.
- Fomentar a adoção de opções tecnológicas de tratamento local de água servida em pequenas estações e/ou implantação de biodigestores e sistemas integrados de tratamento. Tais soluções, além de melhorar a condição de vida local, geram capacitação de mão-de-obra local e ganhos econômicos.
- Ampliar as práticas de reuso de efluentes, como estratégia de inclusão da perspectiva socioambiental das técnicas da disposição final dos efluentes domésticos.
- Implementar melhorias em estações elevatórias de esgoto de reversão de bacia de esgotamento sanitário, adequando-as ao aumento da contribuição da carga de efluentes e empregando tecnologias que evitem o extravasamento de esgoto nos rios e nas praias de Salvador, a exemplo do tanque pulmão. Além disso, Promover monitoramento do funcionamento dos extravasores, coletar dados de quantas vezes por ano acontece a extravasão nas estações elevatórias.
- Utilizar os dados do Programa Monitora para acompanhamento de intervenções em saneamento e avaliação das tecnologias adotadas.
- Fortalecer nas escolas e universidades as discussões relacionadas à geografia e história baiana, de forma a abordar os problemas vivenciados no convívio com as águas urbanas.
- Promover um maior diálogo entre as políticas de gerenciamento costeiro, recursos hídricos e saneamento básico.
- Trabalhar em intervenções de conservação e recuperação focando em algumas sub-bacias e suas matas ciliares, para evitar pulverização de esforços. Investimentos em recuperação de matas ciliares e reflorestamento para garantia do ciclo da água.
- Estabelecer metas de enquadramento para melhoria e recuperação da qualidade dos rios e bacias.
- Incorporar a Secretaria de Saúde na discussão de ações de investimento em saneamento no sentido de promover a prevenção de doenças relacionadas à água



- Diagnosticar e monitorar os passivos socioambientais para embasar as intervenções, licenças e políticas prioritárias.
- Promover o monitoramento dos rios encapsulados/cobertos, realizando coletas a montante e a jusante para avaliação dos efeitos do tamponamento.
- Promover estratégias de proteção a espécies em extinção que ocorrem na região de intervenção, a exemplo do guaiamum no manguezal do Rio Passa Vaca e o ouriço-cacheiro no Parque Ecológico do Vale Encantado.
- Registrar moção de repúdio ao tamponamento do rio Camaragibe para implantação do BRT sem que seja procedido o levantamento de dados para macrodrenagem e saneamento do rio, inclusive com a impermeabilização que a opção sobre rodas requer, sendo que já existe uma ligação sobre trilhos.
- Exigir participação da sociedade civil na deliberação de projetos de impacto ambiental.
- Apoiar as alternativas de saneamento independentes, mais simples e baratas e ambientalmente adequadas.
- Retirar todos os esgotamentos sanitários e ocupações das nascentes em Valéria
- Revitalizar o rio Mané Dendê para devolver o direito ao usufruto da cachoeira do Parque.
- Participação das lideranças que estão enfrentando conflitos por conta dos recursos hídricos na reunião extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe, dia 05/04, às 08h30min no prédio da UNIFACS, no Stiep.
- Priorizar o cuidado com o Rio Ipitanga, que apesar de todos os problemas, está vivo e nos fornece água, com planejamento e saneamento dos novos condomínios da região.
- Criar mecanismos de comunicação, articulação e participação social, tendo em vista a mobilização contínua da sociedade para uma ação política fundamental para encaminhamento das reivindicações e direito.
- Promover a articulação dos espaços de cidadania institucional junto aos diversos movimentos sociais, com a criação de projetos de articulação das causas socioambientais.



Entender que a promoção de uma gestão hídrica adequada e a proteção e revitalização da qualidade dos bens hídricos é caminho pedagógico para repensarmos a lógica de produção/consumo, organização social e visão de mundo – existem lutas e bandeiras que são de todas e todos.